

## Relatório do 22º Comité Executivo Paris, Quinta-feira 12 de Junho, CNPMEM

*Presidência: Aurelio Bilbao (Federação das cofradias de Vizcaya),  
Secretariado: JM Robert (CC Sul)*

**S. Larzabal** recebeu os participantes enquanto Membro da Mesa do CNPMEM e agradeceu todos os Membros pela sua presença, desejando-lhes uma reunião de trabalho produtiva.

**A. Bilbao** também agradeceu os Membros e a Comissão Europeia pela sua presença, propondo-lhes acrescentar vários pontos à ordem do dia da presente reunião. (Linguado VIII, Selectividade e FEAMP., decisão em matéria de Reembolso..), o que foi validado. Para além disso, informou os Membros de que um almoço de trabalho com os Directores das Pescas do Grupo de Estados Membros EOA e B. Friess da DG MARE, seria organizado nesse mesmo dia das 13:00 às 15:00 horas, de modo a abordar a implementação da obrigação de desembarque.

O projecto de relatório do último Comité Executivo de Lisboa também foi aprovado.

### Apresentação do novo Secretário Geral

**JM Robert** apresentou o seu percurso e respectivas experiências profissionais. Está muito satisfeito com esta nova oportunidade de carreira e deu as suas primeiras impressões, em parte provenientes da sua experiência profissional anterior e do início da sua carreira enquanto Secretário Geral. Expressou, obviamente, a sua intenção de trabalhar na maior neutralidade, acrescentando que, no caso de emitir propostas, as mesmas seriam sempre elaboradas no respeito dos 3 pilares do desenvolvimento sustentável. Indicou, assim, estar convicto de que os CCs podiam ser uma estrutura útil, mas que convinha demonstrar alguma estratégia com determinadas escolhas. O facto de trabalhar apenas sobre assuntos importantes dos Membros do CC Sul pode assim para o Secretariado ser uma garantia de os trabalhos serem plenamente participativos. De igual modo e, sem querer impor qualquer restrição, indicou que poderia ser mais oportuno restringir o campo das temáticas sobre as quais o CC Sul trabalhará, de modo a privilegiar o acompanhamento e o seguimento dos pareceres.

### Acompanhamento dos Pareceres

O acompanhamento do Parecer 80 sobre o tamanho mínimo da anchova das Canárias foi remetido para o ponto de actualidade comunitária sobre a obrigação de desembarque.

No que refere ao Parecer 81 sobre a regionalização, foi indicado que uma reunião seria organizada depois do Verão com os três Directores das Pescas, para evocar a implementação da regionalização e o método de trabalho.

O Parecer 82 sobre as ajudas financeiras relacionadas com a remotorização foi enviado ao Conselho de Ministros e ao Parlamento Europeu.

O acompanhamento do Parecer 83 sobre a gestão a longo prazo do linguado do Golfo da Biscaia foi remetido para o ponto relativo à actualidade comunitária.

## Projecto de Parecer:

- Projecto de Parecer 84 sobre os Mecanismos de Intervenção no Mercado:

**E.Paz** recordou o contexto regulamentar e algumas evoluções em matéria de ferramentas de que dispõem as Organizações de Produtores (OPs), na sequência da nova Política Comum da Pesca e respectivos regulamentos conexos. Criticou, em específico, os níveis máximos de determinadas intervenções, o fim agendado das ajudas à armazenagem para 2018 e a falta de visibilidade financeira para as OPs, no respeitante aos planos de produção e comercialização.

O parecer foi globalmente bem recebido, apesar de uma alteração ter sido proposta e validada (substituição do termo «congelamento» por transformação no ponto 2.3). A maior parte dos debates incidiu sobre a utilidade de um parecer destes, na medida em que o regulamento FEAMP acabava de ser publicado. Vários representantes da sociedade civil recordaram designadamente a sua posição, relativamente aos dispositivos previstos pelo FEAMP. Apesar de ter sido referido que esse assunto deveria, em última instância, ser tratado pelo CC Mercado, foi finalmente acordado posicionar-se relativamente ao mesmo, o mais brevemente possível. Para tal, o projecto de parecer será posteriormente completado por uma análise dos 5 primeiros meses de funcionamento da nova OCM. Os outros CCs também serão consultados, bem como os Estados Membros, tendo em conta a conexão com os programas operacionais.

O projecto de parecer será submetido a uma validação electrónica do Comité Executivo.

## Projecto de Parecer 85 sobre a Gestão a Longo Prazo da Anchoa do Golfo da Biscaia

O projecto apresentado inscreve-se no âmbito dos trabalhos do Grupo de Trabalho Pelágico. No seguimento, nomeadamente, de uma evolução no procedimento de avaliação da anchoa VIII, a Comissão Europeia pediu ao CSTEP para avaliar a regra de avaliação, que foi implementada desde 2010 e realizar modelizações a fim de avaliar em que medida poderia ser oportuno alterar essa regra de exploração. O CC Sul foi estreitamente associado a esta acção, tendo este, nomeadamente, proposto uma nova regra, destinada a limitar a variabilidade inter-anual das possibilidades de pesca. A reunião do Grupo de Trabalho Pelágico de Abril deu azo à apresentação dos trabalhos realizados pelo CSTEP, ao posicionamento a favor de um TAC máximo de 25.000 toneladas e ao regresso a uma gestão baseada no ano civil. Trabalhos efectuados desde então também permitiram propor uma regra de exploração (G4, com taxa de exploração de 0,45) que cumpre a percentagem de risco habitualmente autorizada de 5%.

Após ter lembrado que não era possível dirigir a gestão deste stock de maneira habitual, tendo em conta a sua biologia, o parecer foi validado.

A Comissão Europeia congratulou-se com esta proposta, que considerou razoável e indicou que trabalharia juntamente com França e Espanha para otimizar o quadro de gestão dessa espécie.

## Projecto de Parecer 86 sobre a Notificação Prévia e o Logbook Electrónico (*Diário de bordo electrónico*)

O Projecto de Parecer 86 visa lamentar o facto de, em determinadas condições, algumas empresas de pesca estarem a ser muito lesadas pelo prazo de 4h de notificação prévia imposto pelo Regulamento «Controlo» 1224/2009 - apesar de existirem disposições que possibilitem a isenção da obrigação de declaração electrónica das capturas para os navios de pesca com tamanho incluído entre 12 e 15 metros em cada Estado Membro. O Projecto de Parecer foi adoptado.

## Projecto de Parecer 87 sobre o Tamanho Mínimo da Amêijoia Japonesa

Este projecto de parecer surgiu no seguimento dos trabalhos do Grupo de Trabalho Tradicional e do parecer emitido pelo Ifremer, relativo às condições de crescimento da amêijoia japonesa na Bacia de Arcachon. Tendo em conta as especificidades locais, o tamanho mínimo da amêijoia japonesa deveria deixar de ser estabelecido a nível comunitário, de modo a possibilitar uma definição nacional mais adaptada. O projecto de parecer recomenda a supressão do tamanho mínimo da amêijoia japonesa no Regulamento UE n.º 850/1998, promovendo simultaneamente o estabelecimento de um tamanho mínimo em cada Estado Membro. Foi proposto e validado que o parecer do Ifremer fosse claramente anexado ao parecer, o que foi validado.

Para além disso, dois futuros pareceres foram apresentados :

- Selectividade e FEAMP: **B. Stockhausen** indicou querer trabalhar sobre a adopção de um parecer que recomendasse o estabelecimento em cada programa operacional, de disposições em termos de ajuda ao melhoramento da selectividade. Vários Membros recordaram que essa competência cabia a cada Estado Membro, indicando simultaneamente estarem favoráveis à ideia. Um projecto de parecer relativo ao assunto será, por conseguinte, apresentado durante o Comité Executivo de Julho.
- Pontos de referência para o Linguado VIII e Gestão a Longo Prazo: **J. Lamothe** lembrou que a decisão em termos de possibilidade de pesca para o stock de linguado VIIIab não cumpria o Parecer 83 do CC Sul, suscitando um forte desapontamento. Indicou que seria oportuno recorrer novamente ao CIEM, tendo em conta a escolha do valor de Fmsy, e que, no caso de esse ponto de referência vir a ser alterado, serem novamente realizados trabalhos de modelização a longo prazo. A Comissão Europeia indicou já ter procedido a um pedido informal nesse sentido junto do CIEM. Considerou-se conveniente formalizar uma nova perícia científica, pelo que um projecto de parecer será submetido para validação electrónica.

## **Actualidade Comunitária:**

- Projecto de Interdição de qualquer Pesca por meio de Rede de Emalhar de Deriva:



**M. Biagi** apresentou os principais elementos que levaram a Comissão Europeia a emitir esta proposta de interdição. É preciso entender que a proposta se inscreve no âmbito do cumprimento dos grandes objectivos ambientais estabelecidos pela União Europeia. Uma análise de impacto e uma consulta do público

levaram a Comissão a escolher a 4ª opção e a interdição integral.

**S. Larzabal** mostrou-se chocado com a proposta da Comissão Europeia. A seu ver, a consulta organizada foi um pouco direccionada e a análise de impacto padece de grande falta de dados. Achou desproporcionada a proposta da Comissão, pois na sua opinião, os problemas provêm de um único Estado Membro. No caso de França, as consequências socioeconómicas desta interdição seriam consideráveis, lesando apenas as frotas artesanais, o que iria contra a actual vontade de preservação desse segmento. Vários Membros apoiaram esta intervenção, sublinhando que, para várias pescarias, diferentes estudos demonstraram a ausência de interacção entre a rede de emalhar de deriva e as espécies inscritas no anexo VIII do Regulamento UE n.º 847/1997. **M. Biagi** recordou que a proposta era fruto de acordos internacionais, destinando-se à preservação de espécies ameaçadas. É, por esse motivo, que não visa somente as águas do Mediterrâneo.

Os Membros do Comité Executivo concordaram com o facto de um posicionamento ter de ser adoptado relativamente ao assunto durante o Comité Executivo de Julho, recomendando uma abordagem regionalizada, para a preservação das frotas.

### Criação do CC RUP

**JM Ortiz** informou os Membros do Comité Executivo da criação de um Grupo *Ad Hoc*, constituído por duas pessoas para cada componente da Macaronésia. Esse grupo de pessoas ficaria encarregue de trocar informações entre si para preparar da melhor forma a criação do novo CC, aproveitando, designadamente, as reuniões organizadas pelo CC Sul para se reunir. Foi recordado que existia actualmente, tendo em conta a nova PCP, uma réplica em matéria de competência para as águas da Macaronésia, tendo, por esse motivo, o CC Sul que emitir um parecer sobre o assunto.

Vários Membros indicaram que era importante o CC Sul continuar a acompanhar os pescadores da Macaronésia. Na medida em que a criação desse grupo não induziria em custos adicionais no funcionamento do CC Sul, o pedido foi validado.

### Obrigação de Desembarque – Regulamento Omnibus

A fim de esclarecer o método de trabalho e, atendendo às limita es de calendário, foi proposto e validado que o CC Sul trabalhasse a curto prazo somente na formula o de um parecer em reac o   proposta do grupo de Estados Membros EOA. Uma consulta electrónica será, por conseguinte, organizada em finais de Junho, logo a seguir   recep o da recomenda o junta do grupo de Estados Membros.

Todavia, foi considerado que o CC Sul também tinha de se posicionar num âmbito mais global, sendo, por isso, útil prosseguir os trabalhos para adoptar um documento quadro, com base na proposta do Secretariado. Tal acontecerá no verão, podendo,





deste modo, o CC Sul contribuir para as reflexões relacionadas com a adopção do acto delegado constitutivo do Plano de Rejeições.

Também foi proposto e acordado adoptar um parecer sobre o projecto de Regulamento Omnibus durante o Comité Executivo de Julho - parecer esse do qual constaria, nomeadamente, os pedidos formulados pelo CC Sul em termos de tamanhos mínimos (amêijoia japonesa e anchova das Canárias). Os Membros foram convidados a transmitirem rapidamente as suas contribuições para este projecto.

## Gestão Europeia do Robalo

Os representantes do sector francês lamentaram a ausência de medidas comunitárias de gestão relativamente ao robalo, pois existem disposições nacionais em França desde 2012, destinadas a implementar as recomendações do CIEM. Apresentaram as referidas disposições aos Membros do Comité Executivo, desejando, no futuro, trabalhar sobre uma proposta de medidas de gestão consensual, no âmbito desse CC. Este pedido inscreve-se num contexto de negociações institucionais iniciadas desde há 2 anos sem qualquer resultado de acordo. Esperava-se, para além disso, que o CC EON fosse uma força impulsionadora no que respeita a este assunto.

Os representantes do sector espanhóis e belgas indicaram precisarem de tempo para pensar. Também foi realçado que os contextos eram muito diferentes consoante as zonas de pesca. A pesca recreativa também poderia ser tratada no âmbito dessas reflexões. Foi acordado inscrever este assunto na ordem do dia dos próximos Grupos de Trabalho.

## Ponto de situação relativamente ao Projecto GEPETO

### Abertura do Atlas das Pescarias

Foi proposto e validado trabalhar, numa primeira fase, sobre a definição do acesso para o grande público, se possível na perspectiva do seminário final do GEPETO. Foram identificados quatro Membros do Comité Executivo para acompanhar este exercício e trabalhar, também, na correcção de eventuais problemas com os dados. Um representante português será posteriormente designado. A Comissão Europeia mencionou que era importante levar em consideração os aspectos legais em termos de utilização e difusão dos dados. Os Membros também ressaltaram que a definição dos direitos de acesso era da competência dos Membros do Comité Executivo do CC Sul.

Para além disso, foi salientada a importância da reflexão a dedicar ao seguimento a dar ao programa GEPETO, na dupla medida em que os objectivos iniciais não serão todos alcançados e que é por vontade própria que os parceiros cientistas continuam a trabalhar de modo colaborativo com o CC. Foi realçado que o programa MyFish podia constituir um bom vector para se prosseguirem as reflexões sobre as águas ibéricas.

## Funcionamento do CC Sul

### Alteração dos Estatutos





Foi indicado que a nova PCP tornaria obrigatória a alteração de determinadas disposições constantes dos Estatutos do CC Sul, a começar pela sua denominação oficial. Contudo, esta alteração também se prende com um acto delegado da Comissão Europeia, cuja publicação parece estar iminente. Um diálogo em termos de informações técnicas foi iniciado com a Comissão, não parecendo, portanto, necessário renovar o processo de designação realizado há 3 anos. Foi referido que a hipótese de trabalho privilegiada para acompanhar a alteração do rácio entre Membros do sector e representantes da sociedade civil, seria um aumento de assento para o Comité Executivo (15 membros sectores/10 assentos sociedade civil). Uma versão alterada dos Estatutos será, por conseguinte, enviada, na perspectiva da próxima Assembleia Geral. O Comité Executivo de dia 9 de Julho poderá ser aproveitado em caso de dificuldades.

### Recrutamento para Trabalhos com o Plano de Gestão Bentónica e Demersal no Golfo da Biscaia

Os Membros do Comité Executivo foram informados de que o CC Sul deveria, em breve, beneficiar de um subsídio de cerca de 60.000 euros, permitindo ao CC Sul reforçar-se em termos humanos durante um ano, de modo a acompanhar o desenvolvimento de trabalhos científicos empreendidos pelo Ifremer, que possibilitarão a proposta de directrizes de um plano de gestão para as pescarias bentónicas e demersais do Golfo da Biscaia. Este reforço será extremamente útil para a criação de uma ligação entre os Membros do CC Sul interessados e os cientistas.

Os Membros do CC Sul mandataram o Secretário Geral, a fim de este proceder ao referido recrutamento, no caso de se receber efectivamente o subsídio.

### Assunção dos cargos financeiros relacionados com o Coordenador Técnico para a Macaronésia nos Comités Executivos

**C. Carballo** recordou que a disponibilização parcial de um representante do governo das Canárias, JM Ortiz, para garantir a função de coordenador técnico da Macaronésia, provinha de uma recomendação do Secretariado. Na medida em que essa disponibilização é gratuita para o CC Sul, fez questão de o CC Sul assumir os encargos financeiros relacionados com a presença de **JM Ortiz** em cada Comité Executivo, quando não pudessem ser assumidos para outras reuniões.

Vários Membros salientaram a importância desta disponibilização para o funcionamento correcto e a participação activa da Macaronésia nos trabalhos do CC Sul. Todavia, foi veementemente expresso o facto de este tipo de validação poder acarretar vários outros pedidos, com o risco de prejudicar significativamente o orçamento do CC. Ressaltou-se que este tipo de pedido põe parcialmente em causa o processo de designação realizado há 3 anos, bem como a representatividade e a competência dos Membros do Comité Executivo.

Atendendo à ausência de consenso, **A. Bilbao** propôs não se posicionar relativamente ao pedido, e que a participação e a assunção dos encargos financeiros relacionados com **JM Ortiz** nos Comités Executivos seriam apreciadas consoante as ordens do dia, mediante decisão do Presidente, segundo as disposições previstas pelos Estatutos.





Conseil Consultatif Régional Sud  
6 rue Alphonse Rivo  
56 100 Lorient - FRANCE  
+ TEL : +33 297 63 11 69  
+ FAX : +33 297 63 91 06  
info@ccr-sud  
adhes@ccr-sud - regen@ccr-sud  
WWW.CCR-SUD

### Questões diversas:

- Sublinhou-se e lamentou-se a concomitância das datas das próximas reuniões dos CCs Pequenos Pelágicos e Sul. O Secretariado tentará alterar o calendário de reunião e informará os Membros em caso de alterações eventuais. Foi ressaltado que, para evitar este tipo de dissabores, a melhor solução seria adoptar no final do ano uma agenda anual, o que foi recebido favoravelmente.
- \* Organização de reunião no âmbito da Feira Sinaval: **M. Garmendia** propôs aos Membros aproveitar a Feira SINAVAL, que terá lugar em Bilbao em finais de Abril de 2015, para organizar reuniões de trabalho do CC Sul, e eventualmente organizar um seminário inter-CC (obrigação de desembarques?). O pedido foi recebido muito favoravelmente, principalmente porque, devido a restrições legais, o CC Sul já não poderá, no futuro, organizar a cada ano reuniões entre meados de Fevereiro e finais de Março.
- Consulta Sítio Natura 2000: Os Membros do Comité Executivo foram informados de que França trabalhava sobre uma nova designação dos sítios Natura 2000 em alto mar, no Golfo da Biscaia. Apesar de o Secretariado não ter sido oficialmente informado desta iniciativa, difundirá uma apresentação das zonas abrangidas, comunicando ao Ministério Francês a sua vontade de ser oficialmente consultado.
- Ponto de situação sobre a reunião com os Directores das Pescas sobre a obrigação de desembarque : **A. Bilbao** apresentou os principais elementos que o Grupo de Estados Membros irá propor na sua recomendação junta, para implementar a obrigação de desembarque. Indicou que, vistos os trabalhos hoje realizados no CC Sul, não lhe tinha sido possível dar a sua opinião sobre a totalidade dos pontos propostos, o que será efectuado através da consulta electrónica. Os Estados Membros foram, no entanto, felicitados, pela sua proposta de definição das pescarias pelágicas.
- Revisão dos modos de reembolso: No próximo Comité Executivo, uma revisão dos modos de reembolso será debatida, com vista a uma maior tomada em consideração da diferença do custo de vida entre os diferentes países em que as reuniões do CC Sul são organizadas.